

ARTIGO

# Exploração de madeiras, cultivo de cacau e impactos sociais na Mata Atlântica de Ilhéus-BA, 1862-1879

## Timber exploitation, cocoa cultivation, and social impacts in the Atlantic Forest of Ilhéus-BA, 1862-1879

Marcelo Loyola\*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Votuporanga.  
Pesquisador do CEDHAL-USP, São Paulo, SP, Brasil*

Horacio Gutiérrez\*\*

*Universidade de São Paulo, Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, São Paulo, SP, Brasil*

**RESUMO:** Esse artigo analisa a exploração de madeiras e o cultivo de cacau em Ilhéus, sul da Bahia, entre 1862 e 1879. As fontes principais são livros de cobrança de impostos, inventários *post mortem* e relatos de viajantes estrangeiros. Avalia-se a presença das madeiras no mercado interno e nas exportações do município, bem como a relação desse comércio com o desenvolvimento das lavouras. Nesse período as plantações de cacau se alastraram pelo interior da Mata Atlântica e muitas árvores foram derrubadas. A madeira se destacou entre os principais produtos tributados no mercado interno, assim como o cacau nas exportações, gerando altas receitas para o município. A expansão da fronteira agrícola em Ilhéus contou com a participação de diversos grupos sociais, num processo marcado pela desigualdade social e a escravidão.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ilhéus, madeiras, cacau, escravidão*

---

\*E-mail: [mlandrae@yahoo.com.br](mailto:mlandrae@yahoo.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-1860-0616>

\*\*E-mail: [horaciogutierrez@uol.com.br](mailto:horaciogutierrez@uol.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-2111-9284>

**ABSTRACT:** This article analyzes the exploitation of timber and the cultivation of cocoa in Ilhéus, southern Bahia, between 1862 and 1879. The primary sources include tax collection books, post-mortem inventories, and accounts from foreign travelers. It assesses the presence of timber in the internal market and in the municipality's exports, as well as the relationship between this trade and the development of agricultural crops. During this period, cocoa plantations spread throughout the interior of the Atlantic Forest, leading to the felling of many trees. Timber emerged as one of the main taxed products in the internal market, while cocoa was significant in exports, generating substantial revenue for the municipality. The expansion of the agricultural frontier in Ilhéus involved the participation of various social groups, in a process marked by social inequality and slavery.

**KEYWORDS:** *Ilhéus, timber, cocoa, slavery*

## Introdução

A exploração da Mata Atlântica e o comércio de madeiras foram atividades praticadas em Ilhéus desde o período colonial, quando eram controladas pela Coroa portuguesa (DEAN, 1996; FONSECA, 2010; DIAS, 2011). Após a emancipação política do Brasil, em 1822, essa atividade passou para o controle do governo imperial, que criou uma legislação específica sobre o corte de madeiras. Contudo, em 1827, conforme Dean, “a vigilância contra o corte não autorizado de árvores passou do Conselho Fazendário do Rio de Janeiro e dos juizes conservadores para os juizados de paz, autoridades eleitas e subservientes aos proprietários locais” (DEAN, 1996, p. 170).

Na comarca de Ilhéus, localizada no sul da Bahia, a fronteira agrícola se expandiu durante a segunda metade do século XIX, período em que o cultivo do cacau se alastrou nessa região e a exploração de madeiras era controlada pela Câmara municipal, cujo procurador era responsável pela arrecadação dos impostos sobre as atividades internas e de exportação, bem como pela execução das posturas e aplicação das multas.<sup>1</sup>

No século XIX, a domesticação de plantas se intensificou no Brasil e o plantio de cacau foi adaptado às condições naturais de Ilhéus (DEAN, 1991). A planta é nativa da Amazônia, é muito exigente quanto ao solo, ao clima e aos cuidados, necessitando do sombreamento de grandes árvores, de umidade e temperaturas ideais para o bom desenvolvimento dos cacaueiros. Após o plantio das mudas leva-se entre quatro e cinco anos para frutificarem, podendo gerar duas ou três colheitas por ano (BONDAR, 1938). As sementes do fruto servem de matéria-prima para a fabricação do chocolate, uma bebida estimulante, cujo consumo estava crescendo à época na Europa e nos Estados Unidos, especialmente após a invenção da receita do chocolate ao leite, em 1879 (COE & COE, 1996; PORRO, 1997).

Nessa conjuntura, de crescente avanço do capitalismo industrial, a demanda externa por madeiras, cacau e outras matérias primas se intensificou. Na Bahia, secas prolongadas e epidemias assolaram o interior da província, afetando a produção de açúcar, principal item da economia baiana. Com isso, o governo provincial passou a incentivar o povoamento de Ilhéus, subsidiando projetos para abertura de estradas, instalação de colônias agrícolas e exploração dos territórios indígenas (BARICKMAN, 2003; LYRA, 1982; FREITAS & PARAÍSO, 2001; SILVA, 2015).

A comarca de Ilhéus possuía um território com quase 200 km de extensão, rico em solos férteis, madeiras e água doce, ideal para o cultivo de cacau. Em 1872 esse espaço estava conformado por duas freguesias: a de Ilhéus, com 5.682 habitantes, dos quais 18,5% eram escravizados, distante

cerca de 450 km de Salvador, e a de Una, ao sul, com 2.877 habitantes, sendo 6,5% cativos, além de vilas, povoados e aldeamentos indígenas.<sup>2</sup>

Nessa época, o cacau começou a se destacar na província da Bahia, quando famílias ricas do Recôncavo baiano e outras de origem estrangeira se mudaram para Ilhéus, com o objetivo de ampliar os investimentos, aplicando recursos na instalação de engenhos de açúcar e aguardente, na produção de farinha de mandioca, em plantações de cacau e café, na exploração de madeiras e no estabelecimento de casas comerciais. Nesse contexto, a navegação a vapor foi introduzida na Bahia, dinamizando as relações dessa província com outras áreas do Império e com as comarcas do litoral (MAHONY, 2001; GONÇALVES, 2017; LOYOLA, 2019).

Esse artigo analisa a exploração de madeiras em Ilhéus entre 1862 e 1879, período de expansão da lavoura cacaueira e da presença da escravidão na localidade. Nosso propósito é contribuir com os estudos históricos sobre as transformações ambientais da Mata Atlântica (DIAS, 2010; CABRAL; BUSTAMANTE, 2015). As fontes utilizadas no estudo são, principalmente, livros de cobrança de impostos, inventários *post mortem* e relatos de viajantes estrangeiros.<sup>3</sup>

Um dos livros diz respeito aos tributos referentes ao direito de exploração interna de madeiras (1862-1876), o outro se refere às exportações (1870-1879), o que determinou a baliza temporal do nosso estudo. Tais documentos dispõem de informações sobre os negociantes, as madeiras e os impostos aplicados.

Já os inventários *post mortem* permitem avaliar a composição da riqueza das famílias, contendo descrições dos bens, seus preços e a partilha entre os herdeiros. Investigamos 333 processos, abertos entre 1850 e 1888, dos quais 64,5% pertenciam a produtores de cacau e 36% tinham escravos no patrimônio, totalizando 829 cativos. As plantações de cacau cresceram, em média, de 3 mil cacaueiros em meados do Oitocentos, para algo em torno de 20 mil na véspera da abolição da escravidão no Brasil (1888). Em 1905, a Bahia sucedeu ao Equador como o maior produtor mundial de cacau (ALMEIDA, 1977, p. 34).

## O mercado interno de madeiras

Durante a segunda metade do século XIX a Câmara Municipal de Ilhéus tributou várias atividades ligadas ao mercado interno, inclusive a exploração de madeiras. O Livro de Impostos sobre esta atividade foi aberto em 1862, constando na página de abertura a seguinte informação:

Servirá este livro para nele se lançar os rendimentos relativos a direitos de madeira, pertencentes a esta municipalidade, e leva no fim encerramento. Ilhéus, 5 de fevereiro de 1862. [Bernardo Sellman P.C.]<sup>4</sup>

A cobrança de impostos sobre essa atividade se estendeu de outubro de 1862 até janeiro de 1864, e a partir daí, até outubro de 1876, último lançamento no Livro, o procurador registrou os tributos relativos à décima urbana, e não mais os relativos aos rendimentos sobre madeiras. Cada folha do livro dispõe das seguintes informações: o dia, o mês e o ano do lançamento dos impostos, os nomes das pessoas tributadas, a quantidade de madeiras e o valor do imposto pago. Assim, nosso intervalo de análise para o registro de madeira se estende de 1862-1864.

Nessa época, outros produtos destinados ao mercado interno foram tributados, o que permite avaliar o lugar das madeiras na economia interna de Ilhéus.

A Tabela 1 mostra que o mercado interno de Ilhéus era diversificado, com impostos recaindo sobre várias atividades econômicas. A décima urbana era o imposto que incidia sobre os imóveis

**Tabela 1 – Impostos sobre produtos da economia interna. Ilhéus, 1862-1892**

| Produtos                     | Unidades | Quantidades | Arrecadação de impostos |       | Média de arrecadação anual |
|------------------------------|----------|-------------|-------------------------|-------|----------------------------|
|                              |          |             | (em réis)               | %     | (em réis)                  |
| Décimas urbanas (1865-1876)  | Imóveis  | Diversos    | 4:590\$500              | 52,2  | 382\$542                   |
| Gado Bovino (1862-1888)      | Unidades | 1.958       | 1:691\$680              | 19,3  | 62\$655                    |
| Cachaça (1862-1889)          | Litros   | 119.842     | 1:133\$840              | 13,0  | 40\$494                    |
| Casas de negócios(1874-1892) | Unidades | 102         | 851\$000                | 9,7   | 44\$789                    |
| Madeiras (1862-1864)         | Diversas | 3.819       | 474\$693                | 5,3   | 158\$231                   |
| Gado suíno (1872-1885)       | Unidades | 156         | 49\$500                 | 0,5   | 3\$536                     |
| TOTAL                        |          |             | 8:777\$016              | 100,0 |                            |

Fonte: APEB, SCP. Livros de cobrança de imposto da Câmara de Ilhéus. Maço 5438 – Madeiras e Décimas urbanas (1862-1876); Maços 5442 e 5452 – Gado Bovino (1862-1888); Maço 5453 - Cachaça (1862-1889); Maço 5455 - Casas de negócios (1874-1892); Maço 5447- Gado Suíno (1872-1885).

da vila, especialmente casas e sobrados, responsável por 52,2% das receitas, provenientes de quase doze anos de arrecadação.

Outros impostos se referiam à venda de mercadorias na localidade, muitas das quais eram comercializadas por negociantes, que se destacaram como principais agentes do mercado interno, oferecendo crédito à população (LOYOLA, 2020, p. 155-181). Eles pagaram impostos pelo funcionamento de suas casas de negócios (9,7%) e pela venda de produtos como cachaça (13%), carnes bovinas (19,3%) e suínas (0,5%), e pelo direito de exploração de madeiras (5,3%).

No período entre outubro de 1862 até janeiro de 1864 foram exploradas 3.819 madeiras, resultando na arrecadação de Rs. 474\$693 de impostos, soma que inclui três meses de registro de arrecadação em 1862, doze meses em 1863 e um mês de 1864.

Em análise mais refinada, calculando a arrecadação média anual, que consta na última coluna da Tabela 1, as madeiras assumem o segundo lugar em importância na arrecadação, logo atrás das décimas urbanas.

O ano de 1863 contém lançamento de impostos em todos os meses, gerando uma arrecadação de 357\$768 nesse ano, que serviu como referência principal para nossas análises. Os lançamentos dos impostos eram feitos mês a mês, revelando as quantidades e os tipos de madeiras exploradas. Em janeiro, por exemplo, cinco pessoas foram tributadas: Antônio Dias dos Santos pagou Rs. 11\$587 de imposto por 71 paus de jacarandá; Domingos Cristiano Alves, Rs. 1\$000, por 12 paus de cedro, e Rs. \$500 por 6 paus de jangada; João Florêncio Maceió pagou Rs. 2\$004 de impostos por 12 paus de jacarandá e Manuel Eugênio dos Santos Rs. 4\$814 por 58 paus de cedro.

Outras madeiras, menos frequentes na documentação, foram louro, condurú, caixarias e tabuados. Por esse documento percebe-se que a população de Ilhéus estava envolvida com a exploração e o comércio de diversos tipos de madeiras.

Em 1863, a madeira mais explorada em Ilhéus foi o jacarandá (1.226 paus), seguida pelo cedro (1.061 paus). Outras madeiras mencionadas no documento também eram importantes para a economia interna. Na época colonial, os paus de jangadas serviam para conduzir madeiras cortadas até a praia, além de construir embarcações. Já as caixarias eram utilizadas no transporte do açúcar e os tabuados na indústria naval (FONSECA, 2010; DIAS, 2011, p. 232 e 238).

**Tabela 2– Relação das madeiras exploradas. Ilhéus, 1863**

| Tipos de Madeiras | Unidades | Quantidades | Soma dos Impostos (em réis) | Imposto médio (em réis) | Imposto modal (em réis) |
|-------------------|----------|-------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Jacarandá         | Paus     | 1.226       | 203\$323                    | \$166                   | \$167                   |
| Cedro             | Paus     | 1.061       | 62\$110                     | \$059                   | \$083                   |
| Tabuados          | Dúzia    | 43          | 43\$000                     | 1\$000                  | 1\$000                  |
| Caixaria          | Carradas | 234         | 23\$400                     | \$100                   | \$100                   |
| Jangada           | Paus     | 228         | 11\$850                     | \$052                   | \$083                   |
| Louro             | Dúzia    | 8           | 8\$000                      | 1\$000                  | 1\$000                  |
| Condurú           | Paus     | 55          | 4\$585                      | \$083                   | \$083                   |

Fonte: APEB, SCP, Maço 5438, Câmara de Ilhéus: lançamento dos rendimentos relativos a direito de madeira, 1862-1876.

Ao que parece, boa parte dos paus de jacarandá era proveniente da Cachoeira de Itabuna, terceiro distrito de Ilhéus, principal área de expansão do cultivo do cacau, onde estava situado o aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara (SILVA, 2015). O rio Cachoeira, que ligava a vila de Ilhéus a esse distrito, foi uma das principais vias de acesso ao interior da Mata Atlântica, com muitas plantações de cacau em suas proximidades. Os inventários *post mortem* de antigos moradores desse distrito fazem referência a lugares como Jacarandá, ou Jacarandá de Dentro.

O desmatamento e a observação das espécies de madeira foram testemunhados por vários viajantes estrangeiros que passaram por Ilhéus no século XIX. Em 1818, por exemplo, “grandes trechos de mata haviam sido derrubados, queimados e plantados com milho, arroz, cana e café” (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 179). Em 1859, havia no interior das matas de Ilhéus “belíssimas espécies de madeiras, entre as quais muitos jacarandás” (MAXIMILIANO, 1989, p. 333).

Esses relatos sugerem que o processo de expansão da fronteira agrícola estava em curso em Ilhéus. Analisar as pessoas envolvidas na exploração de madeiras permite aprofundar o conhecimento dessa dinâmica.

O Livro de Imposto revela os nomes das pessoas tributadas, sendo possível contabilizar a frequência com que elas aparecem no documento e identificar os principais negociantes. A maior quantidade de pessoas tributadas em um mês ocorreu em dezembro de 1863, no qual vinte nomes foram listados, e no mês de junho apenas um.

A Tabela 3 indica alta concentração no comércio interno de madeiras. Apenas cinco pessoas, do total de vinte e oito, concentraram boa parte das negociações. Os demais (82%) foram responsáveis por 55,5% das transações.

Antônio da Cruz Rabelo Leitão concentrou 10% dos registros de impostos lançados no Livro em 1863. Não encontramos o seu inventário, mas seu nome consta no Livro de Imposto sobre casas de negócios, indicando que ele era comerciante.<sup>5</sup> As principais madeiras transacionadas por ele foram 159 paus de jacarandá, 62 de cedro e 30 de jangadas.

José Pereira de Andrade também concentrou 10% dos registros de tributos, referentes à exploração de tábuas de louro, paus de jangadas e caixarias. O seu inventário foi aberto em 1879, por ocasião da sua morte, constando que ele era negociante, possuía dívidas em Salvador e tinha casa de negócios em Ilhéus, na rua da Banca, onde vendia utensílios domésticos, ferramentas, bebidas e outros artigos, entre os quais serrotes, facas de cabo de madeira jacarandá e cachaça.<sup>6</sup>

**Tabela 3 - Principais exploradores de madeiras. Ilhéus, 1863**

| Exploradores de madeira   | Registros de impostos |       |    |       | Imposto pago |       |
|---------------------------|-----------------------|-------|----|-------|--------------|-------|
|                           | Nº                    | %     | Nº | %     | (em réis)    | %     |
| Antônio da Cruz R. Leitão | 1                     | 3,6   | 9  | 10,0  | 33\$998      | 9,5   |
| José Pereira de Andrade   | 1                     | 3,6   | 9  | 10,0  | 9\$383       | 2,6   |
| Antônio Pedro dos Santos  | 1                     | 3,6   | 8  | 9,0   | 67\$419      | 18,8  |
| Domingos Cristiano Alves  | 1                     | 3,6   | 8  | 9,0   | 41\$580      | 11,6  |
| José Ignácio da Silva     | 1                     | 3,6   | 6  | 6,5   | 6\$716       | 2,0   |
| Demais exploradores       | 23                    | 82,0  | 50 | 55,5  | 198\$672     | 55,5  |
| TOTAL                     | 28                    | 100,0 | 90 | 100,0 | 357\$768     | 100,0 |

Fonte: APEB, SCP, Maço 5438, Câmara de Ilhéus: lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira, 1862-1876.

Não localizamos os inventários dos outros negociantes de madeiras listados na Tabela 3. Contudo, alguns processos de pequenos negociantes foram localizados, como o de Antônio da Cunha Marelim, que em 1862 pagou imposto sobre seis paus de jangada. Em 1866 ele veio a falecer e ficamos sabendo que era negociante, tinha casas de negócios em Ilhéus, oferecia crédito a vários segmentos da sociedade e tinha dívidas em Salvador.<sup>7</sup>

Antônio Henrique Marques de Oliveira não está listado na Tabela 3, mas seu nome consta no Livro de Imposto sobre direitos de madeira. Em 1864 ele pagou tributos pela negociação de 23 paus de cedro e 6 de jangadas. Seu inventário foi aberto em 1879, constando que ele era negociante, tinha duas lojas em Ilhéus, onde vendia diversos gêneros e oferecia crédito à população; entre os itens comercializados em suas lojas constam cachaça, ferramentas agrícolas, alimentos e outros artigos.<sup>8</sup>

O Livro de Cobrança de Impostos não explica o funcionamento das operações internas relativas à exploração de madeiras. Provavelmente, os negociantes compravam madeiras a preços baixos dos indígenas ou dos pequenos lavradores que moravam no interior da floresta. Estes derrubavam as árvores e transportavam as toras até certos pontos dos rios, onde estavam instaladas as casas de arrecadação de impostos, normalmente antes do porto marítimo. Com o pagamento dos impostos, os negociantes ficavam autorizados a exportar as madeiras ou negociá-las no mercado interno.

Parte dessa dinâmica ficou evidente no inventário de Manoel Brígido da Silva, que era negociante e morava na freguesia de Una, ao sul da vila de Ilhéus. Seu inventário foi aberto em 1856, por ocasião da sua morte. Entre seus bens constam escravos e serraria, além de uma dívida no valor de Rs. 1:998\$054, a Constantino Pereira da Costa, morador da vila de Camamu, ao norte de Ilhéus, que declarou ao juiz “que emprestou diversas quantias ao inventariado quando vivo, para compras de jacarandá, arroz e outros gêneros”<sup>9</sup>. Nos autos do processo a viúva reconheceu a dívida como sendo verdadeira e declarou ao juiz “que há muito tempo o suplicante supria com dinheiro seu marido, para carregamento das embarcações, tendo a meação dos lucros e prejuízos”<sup>10</sup>. Manoel Brígido da Silva tinha dívidas em Salvador, onde certamente ele negociava as madeiras.

As conexões comerciais entre os negociantes de Ilhéus e a praça de Salvador estão presentes em vários inventários. Esses documentos revelam os preços de avaliação das madeiras, permitindo estimar possíveis ganhos com a venda do produto, além de confirmar o envolvimento de produtores de cacau com a exploração de madeiras.

Em 1874, por exemplo, foi aberto o inventário do produtor de cacau Thomas Dias dos Inocentes, que morava na Cachoeira de Itabuna, onde cultivava 430 cacaueiros e possuía, entre outros bens, “uma dúzia de madeira cedro, ainda na mata”, avaliada em Rs. 12\$000. Cada pé de cacau frutífero foi avaliado em Rs. 1\$000, preço equivalente a uma madeira cedro, ainda na mata.<sup>11</sup>

Antes de falecer, em 1869, o tenente Cândido Narciso Soares era dono da Fazenda Caldeiras e de outras propriedades em Ilhéus, possuindo sete escravos e 40 carradas de caixarias, cada carrada avaliada em Rs. 9\$000 e todas por Rs. 360\$000. O escravizado Nicolau foi avaliado nesse inventário na quantia de Rs. 1:100\$000, mas a africana Benedita, idosa e doente, em Rs. 200\$000. Portanto, o valor das caixarias era suficiente para comprar um escravo, ainda que doente, ou uma plantação de cacauzeiros frutíferos, com aproximadamente 350 plantas.<sup>12</sup>

A esposa do presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, Bernardo Sellman, faleceu em 1876. Nessa época, o casal possuía, entre outros bens, “mil e quinhentas arrobas de pau brasil, avaliadas em Rs. 300\$000”.<sup>13</sup> Antes disso, em 1863, ele pagou Rs. 17\$660 de impostos referentes à negociação de 106 paus de jacarandá.<sup>14</sup>

Na Fazenda Piratiquesse, propriedade do capitão Pascoal Gonçalves de Paiva, eram cultivados 20.889 pés de cacau em 1878, ano da abertura do seu inventário. Esse capitão possuía, entre outros bens, cem tábuas de louro, cada uma avaliada em Rs. 1\$280 e todas por Rs. 128\$000; quatorze tábuas de pau paraíba, cada uma por Rs. 1\$500 e todas por Rs. 21\$000.<sup>15</sup> Jorge Mathias Scher, dono da fazenda Massaquara, localizada na Cachoeira de Itabuna, onde eram cultivados 4.400 pés de cacau, possuía sete dúzias de tabuados, avaliadas em Rs. 84\$000.<sup>16</sup> O engenho Castelo Novo possuía, entre outros bens, “a madeira pronta e preparada para a casa de serrar madeira, avaliada em 200 mil réis”.<sup>17</sup>

A expansão cacauzeira impactou de várias formas a exploração da Mata Atlântica. Muitas pessoas foram atraídas para essa região, considerada “promissora” à época, devido à abundância de recursos naturais e à valorização do cacau no exterior. A derrubada das árvores deu lugar ao plantio dos cacauzeiros, às culturas de subsistência, à abertura de estradas, e à construção de casas, móveis e embarcações.

## Usos da madeira

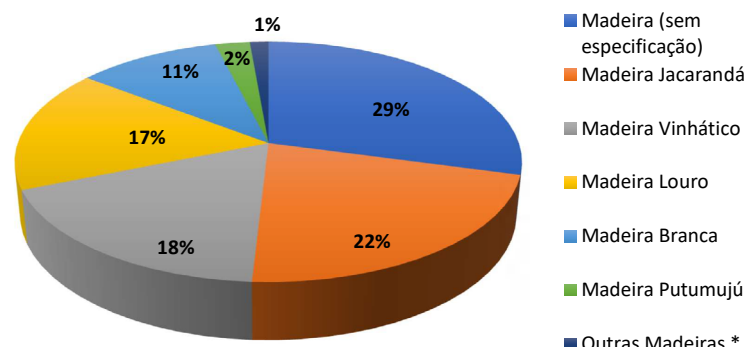
Os inventários *post mortem* também revelam a existência de vários móveis fabricados com madeiras: cômodas, mesas, armários, cadeiras, guarda-roupas, tamboretes e outros. Um levantamento desses bens permitiu identificar as principais madeiras utilizadas em sua fabricação.

O Gráfico 1 mostra que 29% dos móveis de casas e sobrados foram construídos com madeiras, sem especificação do tipo. Outra parcela era fabricada com madeira jacarandá (22%); vinhático (18%); louro (17%) e madeira branca (11%). As demais, inseridas no gráfico na categoria “Outras madeiras”, eram cedro, oiticica, pinho e mogno.

Normalmente, famílias ricas tinham casas nas fazendas e na vila de Ilhéus, mobiliadas com móveis de madeira. A casa do negociante Joaquim José da Costa Seabra, por exemplo, era dotada de várias mesas, cadeiras e marquesas de madeiras, além de talheres de platina, piano e outros bens.<sup>18</sup> Na casa do negociante Bernardo Sellman, havia mobílias como camas francesas de madeira vinhático, lavatório, sofás, cadeiras, cômodas, guarda louça e outros móveis de madeira jacarandá.<sup>19</sup>

Os donos de engenho também estavam entre as famílias ricas de Ilhéus. A casa dos proprietários do Engenho Castelo Novo possuía mesa de jantar, cadeiras, guarda roupas, camas e cômodas de madeira branca, garfos e colheres de metal, bandejas e outros móveis. Um dos herdeiros, o tenente Manoel Assêncio Homem Del Rey, andava com relógio e correntes de ouro.<sup>20</sup>

Por outro lado, a maioria da população residia em casas simples, feitas de taipa e cobertas de palha, sem mobílias. Narcisa Maria da Conceição, por exemplo, morava em Ponta do Ramo, antes de falecer, em 1885. Ela tinha plantação de cacau, coco e casa de farinha. Sua morada foi descrita como arruinada e os únicos bens móveis que ela possuía eram dois tachos de cobre e os utensílios

**Gráfico 1 – Principais madeiras utilizadas na fabricação dos móveis de casas e sobrados. Ilhéus, 1850-1888**

Fonte: APEB, SJ. 215 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(\*) Cedro, oiticica, pinho, mogno.

de fazer farinha. Em seu inventário não foram mencionados móveis de madeira, possivelmente porque ela não tinha esses bens.<sup>21</sup>

Em 1884, Constança Aranha morava na Cachoeira de Itabuna, no lugar denominado molha farinha, onde tinha plantação de cacau. Sua casa foi descrita como “uma casa de palha velha na fazenda molha farinha”<sup>22</sup>, sem nenhum tipo de móveis.

Bernardo José Demétrio morava no lugar Sambaituba, em 1883, ano em que ele faleceu. Sua casa era coberta de palha, e seus bens móveis eram duas arcas de madeira louro, uma bacia de ferro, dois machados, um pilão, uma medalha com cordão de ouro e um alfinete de peito.<sup>23</sup>

Possuir casas com móveis de madeira era marcador de distinção social em Ilhéus. Os habitantes com poucos recursos seguramente dormiam em redes, substituíam mesas e cadeiras por troncos de árvores e comiam com as mãos. Já as famílias ricas, envolvidas com a exploração da floresta e a comercialização de madeiras, tinham casas com móveis de madeira e talheres de prata.

Ainda podemos avançar na análise da importância das madeiras no mercado interno de Ilhéus investigando as canoas presentes naquele contexto, utilizadas sobretudo no transporte de pessoas, no carregamento de cacau, café, farinha, madeiras e outras mercadorias. A expansão cacaueira fomentou a construção dessas embarcações.

Com frequência os avaliadores descreviam os tipos de madeiras utilizados na fabricação das canoas, além do tamanho, estado de conservação e os preços.

Os dados da Tabela 4 indicam que 43,3% das canoas não tiveram especificado o tipo de madeira com que foram construídas. Foram fabricadas com madeira vinhático 29,5%, putumujú 8,5% e cedro 6,0%. As demais canoas (12,7%) foram fabricadas com madeiras jacarandá, oiticica, pique, jueirana, tapinhoam e louro.

Certamente, o processo de extração de madeiras e fabricação dessas embarcações era realizado pelos indígenas. Os relatos dos viajantes estrangeiros estão repletos de informações sobre a existência desses povos em Ilhéus, que estavam aldeados ou em pé de guerra contra o domínio de seus territórios; eles conheciam a floresta, as árvores, e guiaram muitos estrangeiros pelo interior (SPIX & MARTIUS, 1981; MAXIMILIANO, 1989; AVE-LALLEMANT, 1980).

Normalmente, pequenos lavradores tinham uma canoa, mas as famílias ricas possuíam mais de uma, além de outras embarcações maiores. Na Fazenda Santa Cruz, por exemplo, localizada na Cachoeira de Itabuna, havia quatro canoas em 1849: uma grande, feita de vinhático, avaliada em Rs. 10\$000; uma de cedro (Rs. 18\$000); uma pequena, feita de louro, arruinada, “sem valor algum”,

**Tabela 4 – Distribuição das canoas inventariadas. Ilhéus, 1850-1888**

| Tipos de Canoas inventariadas          | Canoas |       | Soma dos Preços |       | Preços médios |
|----------------------------------------|--------|-------|-----------------|-------|---------------|
|                                        | Nº     | %     | (em réis)       | %     | (em réis)     |
| Canoas de madeiras (sem especificação) | 72     | 43,3  | 2:559\$000      | 40,7  | 35\$541       |
| Canoas de madeira vinhático            | 49     | 29,5  | 2:187\$000      | 34,8  | 44\$632       |
| Canoas de madeira putumujú             | 14     | 8,5   | 490\$000        | 7,8   | 35\$000       |
| Canoas de madeira cedro                | 10     | 6,0   | 204\$000        | 3,3   | 20\$400       |
| Canoas (outras madeiras) *             | 21     | 12,7  | 838\$500        | 13,4  | 39\$928       |
| TOTAL                                  | 166    | 100,0 | 6:278\$500      | 100,0 | 37\$822       |

Fonte: APEB, SJ. 94 inventários. Ilhéus, 1850-1888

(\*) Jacarandá, oiticica, pique, jueirana, louro, jequitibá; tapinhoam

e outra feita de madeira vinhático, por Rs. 2\$000. Entre os bens desta fazenda constam, também, quatro machados, dois serrotes, plantações de cacau, casa de farinha e sete pessoas escravizadas, que trabalhavam na propriedade. O proprietário dessa fazenda era francês e lidava com indígenas da localidade, que foram mencionados entre seus devedores.<sup>24</sup>

O negociante Joaquim José da Costa Seabra tinha três canoas antes de falecer, em 1856, avaliadas em Rs. 105\$000; além de um barco, avaliado em Rs. 3:000\$000. Outros bens que ele possuía eram imóveis, gêneros secos e molhados e pessoas escravizadas.<sup>25</sup>

O engenho Castelo Novo possuía duas canoas grandes, cada uma avaliada em Rs.100\$000, além de cinquenta e quatro trabalhadores escravizados, dezesseis machados, ferramentas das lavouras, bem como plantação de cacau, móveis para a fabricação de açúcar, cachaça, farinha e “um balcão com armação para negócio”.<sup>26</sup>

Esses exemplos demonstram que as madeiras tinham muita importância para a economia de Ilhéus. A exploração das árvores da Mata Atlântica envolveu o trabalho de diversas pessoas. Indígenas e escravizados trabalhavam no corte e no beneficiamento das madeiras; já os negociantes e donos de engenho aproveitavam-se dessa mão de obra, pagando impostos e obtendo licenças para comercializar o produto.

Possuir ferramentas e equipamentos para o corte das madeiras era um diferencial naquele contexto, onde poucas pessoas tinham serrarias. No Engenho Itaípe, por exemplo, onde trabalhavam quarenta e quatro pessoas escravizadas, havia “uma máquina para serrar madeiras com todos os seus pertences, avaliada em Rs. 1:100\$000 (um conto e cem mil réis)”.<sup>27</sup> Manoel Brígido da Silva, morador da freguesia de Una, possuía, entre outros bens, dois escravos e “uma máquina de serrar madeira, nova, com todos os seus acessórios, avaliada na quantia de dois contos e duzentos mil réis”.<sup>28</sup> Na Fazenda Bom Sucesso, onde trabalhavam onze pessoas escravizadas, consta, entre outros bens “uma serra d’água com tanque, avaliada em dois contos de réis”.<sup>29</sup>

As serrarias eram bens de alto valor econômico. Muitas pessoas deviam recorrer aos donos desses equipamentos com o objetivo de tratar as árvores derrubadas na Mata Atlântica. Indígenas, crioulos e africanos, sejam eles de condição escrava, livre ou liberta, exploravam a floresta com machado, facões e serrotes, comprados dos negociantes. No entanto, serrar as toras não era tarefa barata, por isso, o mais viável para eles devia ser vendê-las em estado bruto ou pagar pelo serviço de serraria.

## As exportações de madeiras

As exportações de madeiras em Ilhéus também podem ser investigadas nas fontes tributárias. O Livro de imposto referente a essa atividade foi aberto em outubro de 1870, pelo presidente da Câmara Municipal, Joaquim Pereira Caldas, que assinou a folha de abertura do livro:

Há de servir este livro para nele se lançar o rendimento do imposto de dois mil réis sobre dúzia de jacarandá exportada deste município, vai aberto, numerado e rubricado por mim, com a rubrica – Caldas – de que uso, e leva no fim termo de encerramento. Ilhéus, 1º de outubro de 1870. O presidente da Câmara – Joaquim Pereira Caldas.<sup>30</sup>

Esse documento abrange o período entre 1870 e 1879, com descrições dos nomes dos exportadores, das madeiras exportadas e dos impostos pagos. Nessa fonte, o termo exportações se refere a produtos despachados para fora do município de Ilhéus, como aconteceu com outros artigos tributados na mesma época.

A Tabela 5 mostra que a pauta de exportação de Ilhéus era diversificada. Vale salientar que açúcar e farinha de mandioca integravam a economia dessa localidade, mas eram isentos da tributação municipal, por isso não constam na lista.

Entre os produtos tributados, o cacau foi o que exerceu maior peso na arrecadação de impostos sobre exportação, 79% das receitas. Provavelmente, as sementes do fruto eram remetidas para Salvador e de lá para a Europa e para os Estados Unidos, onde o consumo de chocolate estava se expandindo (PORRO, 1997, p. 5). A estrutura de beneficiamento do cacau envolvia a fabricação de cochos e barcaças, móveis feitos de madeira, utilizados para fermentar e secar as sementes (BONDAR, 1938, p. 166-176).

A expansão da fronteira agrícola em Ilhéus também envolveu a exploração de piaçava, cujas exportações representaram 9,5% das receitas municipais. A planta é encontrada na Mata Atlântica do sul da Bahia e fornece fibra vegetal, utilizada na confecção de cordas e vassouras. Na vila de

**Tabela 5 – Exportações de Ilhéus, 1870-1888**

| Produtos                         | Unidades | Quantidades | Arrecadação de Impostos (em réis) % |       | Média de arrecadação anual (em réis) |
|----------------------------------|----------|-------------|-------------------------------------|-------|--------------------------------------|
| Cacau (1871-1885)                | Arrobas  | 242.635     | 17:145\$069                         | 79,0  | 1:143\$005                           |
| Piaçava (1879-1888)              | Molhes   | 120.389     | 2:041\$032                          | 9,4   | 204\$103                             |
| Cachaça (1870-1878)              | Litros   | 543.949     | 1:013\$039                          | 4,7   | 112\$560                             |
| Madeira de Jacarandá (1870-1879) | Paus     | 3.952       | 698\$562                            | 3,2   | 69\$856                              |
| Couros (1878-1888)               | Unidades | 2.722       | 538\$098                            | 2,4   | 48\$918                              |
| Café (1871-1885)                 | Arrobas  | 8.386       | 299\$023                            | 1,3   | 19\$935                              |
| TOTAL                            |          |             | 21:734\$823                         | 100,0 |                                      |

Fonte: APEB, SCP. Livros de cobrança de imposto da Câmara de Ilhéus. Maço 5459 - *Cacau e Café (1871-1885)*; Maço 5441 - *Cachaça (1870-1878)*; Maço 5443 - *Jacarandá (1870-1879)*; Maço 5458 - *Piaçava (1879-1892)* e Maço 5456 - *Couros (1878-1892)*.

Oliveira, ao sul da vila de Ilhéus, os indígenas se dedicavam à fabricação de cordas, escovas e esteiras com a fibra da piaçava, e “quando resolvem trabalhar, por conta dos fazendeiros, como diaristas, cuidam com persistência e grande jeito da derrubada das matas” (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 177). Entre 1879 e 1888, Ilhéus exportou o total de 120.239 molhes de piaçava, perfazendo uma média anual de 12.023 molhes exportados.<sup>31</sup>

A cachaça foi outro produto que se destacou nas exportações de Ilhéus, responsável por 4,7% das receitas de exportações. A produção da bebida dependia das plantações de cana, já os barris, utilizados no transporte do produto, eram fabricados com madeiras. Todo o complexo construído para a produção de açúcar e aguardente requeria carpintaria, marcenaria, olaria, casa de farinha e currais (FERLINI, 2003, p. 139; LOYOLA & GUTIÉRREZ, 2024).

As exportações de madeira jacarandá contribuíram com 3,2% das receitas municipais, e os couros e o café com 2,4% e 1,3%, respectivamente. Nos inventários de Ilhéus aparecem poucos bovinos, o mais comum foi a descrição de bois dos serviços de lavoura; também não encontramos nessa documentação grandes plantações de café.

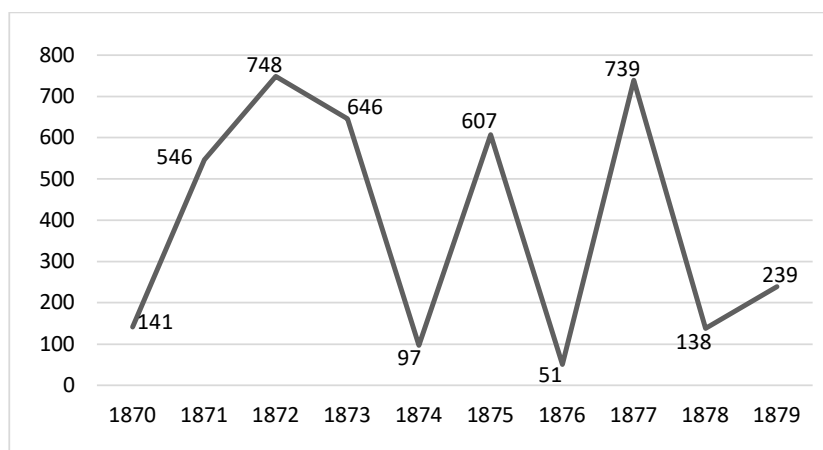
Em relação às madeiras, entre 1870 e 1879 foram despachados por Ilhéus 3.952 paus de jacarandá. O documento não informa o destino das exportações, mas é possível analisar as oscilações no tempo.

O Gráfico 2 mostra variações significativas no volume das exportações de madeira jacarandá. Ocorreram exportações todos os anos, mas com lacunas em alguns meses. O ano de maior exportação foi 1872, quando 748 paus de jacarandá saíram do porto de Ilhéus. Por outro lado, em 1876, esse número declinou para o mínimo de 51 paus.

A fonte não permite explicar os motivos dessas oscilações. Talvez se devesse ao tempo compreendido entre a derrubada das árvores na mata até a chegada do produto no porto de exportação, ou, quiçá, os comerciantes esperassem juntar uma quantidade maior de madeiras para embarcá-las de uma vez, diminuindo assim os custos com os fretes. Outra explicação pode estar relacionada com negligência ou sonegação de impostos.

De modo geral, as exportações se concentraram no segundo semestre. Normalmente, uma ou duas pessoas exportavam jacarandá em um mês. Em dezembro de 1875, esse número chegou ao máximo de cinco exportadores. A frequência com que elas são lançadas no Livro de Imposto permite conhecer os nomes que mais se destacaram nesse comércio.

**Gráfico 2 – Exportações de madeira jacarandá (em paus). Ilhéus, 1870-1879**



Fonte: APEB. SCP. Maço 5443. Câmara de Ilhéus: Imposto sobre jacarandá exportado. Ilhéus, 1870-1879.

A Tabela 6 mostra alta concentração nas exportações de madeira jacarandá; apenas 19 pessoas foram tributadas no período 1870-1879, entre as quais cinco se destacaram. As demais (73,6%) concentraram somente 26,1% das madeiras exportadas.

Antônio da Cruz Rabelo centralizou 32,9% das exportações de madeira jacarandá; ele também está na lista dos principais negociantes de madeira no mercado interno de Ilhéus, concentrando 10% dos impostos. Isso nos permite presumir que ele comprava madeiras para exportação, obtendo lucros com essas transações.

José Simeão Moreno foi responsável por 18% das exportações de jacarandá. Ele faleceu em 1881, possuindo, entre outros bens, casa de negócio em Ilhéus e uma lancha em sociedade com Bernardo Sellman, outro negociante, que foi presidente da Câmara Municipal e exportou, em dezembro de 1877, 92 paus de jacarandá.<sup>32</sup> Nos autos do processo de José Simeão Moreno, o sócio e os parentes do falecido reclamaram ao juiz dos prejuízos da lancha estar parada no porto da vila de Ilhéus, e solicitaram licença para navegar até o porto da Bahia (Salvador). Entre os reclamantes estava Manoel Esteves Moreno, responsável por 11% das exportações de jacarandá.<sup>33</sup>

Ao que parece havia um consórcio entre famílias de negociantes que controlavam as exportações e o mercado interno de Ilhéus. O quarto maior exportador de madeiras listado na Tabela 6, Cristiano Sellman, era irmão de Bernardo Sellman, que também exportava madeiras e outros gêneros.<sup>34</sup>

**Tabela 6 – Principais exportadores de madeira jacarandá (em paus). Ilhéus, 1870-1879**

| Exportadores de madeiras | Registros de impostos |       |    |       | Madeiras exportadas |       | Soma dos Impostos |       |
|--------------------------|-----------------------|-------|----|-------|---------------------|-------|-------------------|-------|
|                          | Nº                    | %     | Nº | %     | (em paus)           | %     | (em réis)         | %     |
| Antônio da Cruz Rabelo   | 1                     | 5,3   | 20 | 31,2  | 1.302               | 32,9  | 240\$804          | 34,5  |
| José Simeão Moreno       | 1                     | 5,3   | 11 | 17,2  | 711                 | 18,0  | 118\$490          | 17,0  |
| Manoel Esteves Moreno    | 1                     | 5,3   | 6  | 9,4   | 429                 | 11,0  | 76\$492           | 10,9  |
| Cristhiano Sellman       | 1                     | 5,3   | 5  | 7,8   | 320                 | 8,0   | 53\$318           | 7,6   |
| José Malaquias Barbosa   | 1                     | 5,3   | 4  | 6,2   | 158                 | 4,0   | 26\$492           | 3,8   |
| Demais exportadores      | 14                    | 73,6  | 18 | 28,1  | 1.032               | 26,1  | 182\$966          | 26,1  |
| TOTAL                    | 19                    | 100,0 | 64 | 100,0 | 3.952               | 100,0 | 698\$562          | 100,0 |

As exportações podiam ser feitas diretamente por esses negociantes, que tinham embarcações adequadas a percursos de longas distâncias. O negociante Joaquim José da Costa Seabra tinha um barco, armado com iate, avaliado em Rs. 3:000\$000. Entre seus devedores constaram pessoas de outras vilas do litoral da Bahia, a exemplo de Canavieiras e Barra do Rio de Contas. Além disso, vários indígenas são mencionados na lista de seus devedores: Manoel Machado, índio, lhe devia a quantia de Rs. 1\$000; Francisco Epifânio de Souza, tupinambá, a quantia de Rs. 2\$560; o índio Manuel Cumbuca, Rs. 4\$480, entre outros.<sup>35</sup>

Manoel Brígido da Silva era negociante e dono de serraria e tinha uma lancha grande, armada a três pés, já velejada, avaliada em Rs. 800\$000, além de um batel usado, avaliado em Rs. 8\$000.<sup>36</sup> O negociante Francisco José Bernardes tinha uma lancha garoupeira, arruinada, avaliada em Rs. 300\$000.<sup>37</sup>

Outra modalidade possivelmente utilizada para a exportação de madeiras era despachar esse produto com negociantes que passavam por Ilhéus com embarcações de grande porte, com destino a outros portos do Império. Desde 1830, negociantes particulares e companhias de comércio da Bahia transportavam escravos e mercadorias de Salvador para o Rio de Janeiro (LIMA FILHO, 2020). Segundo o cronista João da Silva Campos “Em 1875, Ilhéus exportava madeiras e lenha de mangue para o Rio de Janeiro, em grandes navios de vela, que traziam de lá objetos manufaturados como sabão, cigarros e tecidos” (CAMPOS, 2006, p. 400).

Ainda podemos avançar na análise das exportações de madeira comparando os preços desses produtos com outras mercadorias despachadas por Ilhéus, especialmente o cacau. Em alguns inventários, os preços desses produtos são mencionados, permitindo comparações. Em 1873, por exemplo, uma arroba (15kg) de cacau foi avaliada em Rs. 3\$500<sup>38</sup>, enquanto em 1881, três toras de jacarandá foram avaliadas em Rs. 6\$000.<sup>39</sup> Esses preços, apreendidos na mesma fonte, mas em tempos diferentes, permitem dimensionar a importância comercial das madeiras em Ilhéus.

Por essa comparação, percebe-se que cada tora de jacarandá podia ser avaliada em até Rs. 2\$000, equivalente a mais da metade do valor de uma arroba de cacau (Rs. 3\$500). Isso deve ter motivado os pequenos lavradores desse fruto a derrubarem a mata para comercialização das árvores, visto que as plantações de cacau podiam render até, no máximo, três colheitas por ano, enquanto o comércio de madeira podia gerar um retorno financeiro mais rápido.

## Considerações finais

Esse artigo insere-se no campo da história ambiental, área que se expandiu significativamente nas últimas décadas e ganhou expressivo volume de artigos, livros e teses no Brasil, paralelamente a sua consolidação na América Latina (DRUMMOND, 1991; PÁDUA & CARVALHO, 2020; LEAL, SOLURI & PÁDUA, 2019;). Atualmente, essa área do conhecimento histórico ganhou particular relevância devido ao impacto da destruição das florestas nas mudanças climáticas, no aquecimento global, mas também na vida das populações originárias e no aprofundamento das desigualdades sociais.

No sul da Bahia, a exploração de madeiras da Mata Atlântica se intensificou na segunda metade do século XIX, quando a lavoura cacaueira estava em pleno crescimento em Ilhéus. Ainda não havia na época preocupação com a extensão dos desmatamentos, menos ainda com reflorestamentos, mas sem dúvida o corte e a comercialização de madeiras contribuíram para o desenvolvimento econômico de Ilhéus.

Parte das madeiras aparece nos documentos tributários em estado bruto, sobretudo jacarandá e cedro, outras já estavam beneficiadas, a exemplo dos tabuados e caixarias. Na época, as negociações de madeira eram controladas pela Câmara Municipal, e muitas autoridades locais estavam envolvidas nas transações comerciais.

Essa atividade era rentável, despertando o interesse de muitos negociantes, que se destacaram no comércio interno e nas exportações. Em Ilhéus, eles vendiam machados, foices, serrotes, carnes, farinha, cachaça e outros artigos essenciais à sobrevivência da população, que dispunha de crédito nas lojas.

A maioria dos produtores de cacau era formada por pessoas pobres, que dependiam da colheita desse fruto para pagamento das contas. Um pau de cedro ou de jacarandá podia custar mais que um pé de cacau. Essa diferença certamente motivou a derrubada das árvores para a comercialização de madeiras, utilizadas na fabricação de móveis, canoas, cercas para pastos, cochos e barcas para beneficiamento do cacau, além de servirem para exportação.

Negociantes e donos de engenho se destacaram entre as famílias ricas de Ilhéus; tinham terras, escravos, serrarias, grandes embarcações e ligações comerciais com a praça de Salvador, capital da Bahia, e a exploração de madeiras contribuiu para a formação de suas riquezas. Além disso, eles contratavam indígenas para a derrubada das matas, em troca do pagamento de diárias, explorando também o trabalho escravo de crioulos e africanos. Essas relações definiram as hierarquias sociais em Ilhéus, estando ligadas às demandas internacionais por matérias primas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*. Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, 1977.
- AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*: 1859. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1980.
- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia. Boletim Technico Nº 1. São Paulo: Empreza Gráfica da Revista dos Tribunaes. 1938.
- CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (orgs.). *Metamorfoses florestais*: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba; Editora Prismas, 2015.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2006.
- COE, Sophie D. & COE, Michael D. *The True History of Chocolate*. Londres: Thames and Hudson, 1996.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.
- DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem*: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. Ilhéus: Editus, 2011.
- DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 193-214, 2010.
- DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental*: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.177-197, 1991.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- FONSECA, Hallysson Gomes da. *Devastação e conservação das florestas na terra de Tinharé (1780-1801)*. Dissertação (Mestrado em História Social). UFBA, Salvador, 2010.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo*: a capitania os frutos de ouro e a princesa do Sul: Ilhéus, 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.
- GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau*: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888). Ibicaí: Via Litterarum, 2017.
- LEAL, Claudia; SOLURI, John; PÁDUA, José Augusto (orgs.). *Un pasado vivo*. Dos siglos de historia ambiental latinoamericana. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 2019.
- LIMA FILHO, Volney Mascarenhas de. Comércio de cabotagem e tráfico de escravos em Salvador (1830-1888). *Revista Cantareira*, n. 32, 2020.
- LOYOLA, Marcelo. Credores e devedores na formação da economia cacaueira: Ilhéus, 1850-1888. In: PINHO, José Ricardo Moreno & NUNES, Antonieta d'Aguiar (orgs.) *Capítulos de história da Bahia: formação econômica*. Salvador: EDUNEB, 2020, p. 155-181.
- LOYOLA, Marcelo. *Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LOYOLA, Marcelo; GUTIÉRREZ, Horacio. Cachaça e mercado interno em Ilhéus, Bahia (1862-1889). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-19, 2024.

LYRA, Henrique J. Buckingham. *Colonos e colônias: uma experiência de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 1982.

MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos necessários”: Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp / Cia. Editora Nacional, 1989.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciência, Saúde – Magalhães*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1311-1340, 2020.

PORRO, Antônio. Cacao e chocolate: dos hieróglifos maias à cozinha ocidental. *Anais do Museu Paulista*, v. 5, n. 1, 1997.

SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRRJ. Rio de Janeiro, 2015.

SPIX, Joham B. von & MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1981.

## Notas finais

<sup>1</sup> BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828 - Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm)> Acesso em: 23 mar. 2024.

<sup>2</sup> Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

<sup>3</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial Provincial (SCP), Câmara de Ilhéus, Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1876; Livro de imposto sobre exportação de jacarandá. Maço 5453. Ilhéus, 1870-1879; Seção Judiciária (SJ), Inventários de Ilhéus, 333 processos, abertos entre 1850-1888.

<sup>4</sup> APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1876.

<sup>5</sup> APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

<sup>6</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Pereira de Andrade. Est. 02, Cx. 753, Maço 1219, Doc. 09, 02 de jan. 1879.

<sup>7</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Antônio da Cunha Marelim. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 2, 06 de ago. 1866.

<sup>8</sup> APEB, Seção Judiciária. Inventários, Ilhéus. Antônio Henrique Marques de Oliveira, Est. 03, Cx. 1295, Maço 1764, Doc. 05, 15 de dez. 1879.

<sup>9</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Brígido da Silva. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 12, 18 de jul 1856.

<sup>10</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Brígido da Silva. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 12, 18 de jul 1856.

<sup>11</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Thomas Dias dos Inocentes. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 5, 18 de ago. 1874.

<sup>12</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Tenente Cândido Narciso Soares. Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 1, 01 de out. 1869.

<sup>13</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adelina Sellman. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 7, 13 de mar. 1876.

<sup>14</sup> APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1876.

<sup>15</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 13, 17 de set. 1878.

- <sup>16</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Jorge Mathias Scher. Est. 02, Cx. 761, Maço 1227, Doc. 1, 28 de out. 1884.
- <sup>17</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey, Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.
- <sup>18</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 17 de set. 1856.
- <sup>19</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adelina Sellman. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 07, 13 de mar. 1876.
- <sup>20</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.
- <sup>21</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Narcisa Maria da Conceição. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 04, 05 de out. 1885.
- <sup>22</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Constança Aranha. Est. 02, Cx. 760, Maço 1226, Doc. 09, 29 de set. 1884.
- <sup>23</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Bernardo José Demétrio. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 02, 14 de ago. 1883.
- <sup>24</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Segismundo Cordier. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 25 de maio 1849.
- <sup>25</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 17 de set. 1856.
- <sup>26</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.
- <sup>27</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria da Piedade Melo e Sá. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 03, 12 de jul. 1876.
- <sup>28</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Brígido da Silva. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 12, 18 de jul. 1856.
- <sup>29</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 13, 05 de nov. 1868.
- <sup>30</sup> APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.
- <sup>31</sup> APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Maço 5458. Ilhéus, 1879-1888.
- <sup>32</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Simeão Moreno dos Reis. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881; APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.
- <sup>33</sup> APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.
- <sup>34</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Bernardo Sellman. Est. 02, Cx. 755, Maço 1221, Doc. 1, 11 de nov. 1881.
- <sup>35</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 17 de set. 1856.
- <sup>36</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Brígido da Silva. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 12, 18 de jul. 1856.
- <sup>37</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Francisco José Bernardes. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 16, 2 de mar. 1859.
- <sup>38</sup> APEB, SJ, Inventários, Ignês Maria do Espírito Santo. Ilhéus. Est. 02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 13, 27 fev. 1873.
- <sup>39</sup> APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Bernardo Sellman. Est. 02, Cx. 755, Maço 1221, Doc. 1, 11 de nov. 1881.

**Recebido em 05/04/2024**  
**Aprovado em: 10/12/2024**